



SEED/PR

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO
ESPORTE DO PARANÁ

Professor Educação Básica e
Profissional- Comum às
especialidades

EDITAL N.º 73/2024 – GS/SEED

CÓD: SL-211JL-24
7908433261155

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	7
2. Compreensão de textos digitais e multimodais	8
3. Domínio da ortografia e gramática oficial	9
4. Emprego dos sinais de pontuação	10
5. Emprego de crase	12
6. regência nominal e verbal	13
7. Uso dos sinais de pontuação e outras notações	15
8. Concordância verbal e nominal	15
9. Reconhecimento de formas linguageiras em circulação na internet	16

Estatuto da criança e do adolescente

1. ECA – Art. 56, 232, 245 e 249	29
--	----

Conhecimentos Didáticos

1. A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESCOLAR: plano de aula, relação entre o planejamento da aula e o atendimento dos objetivos de aprendizagens, relação entre o desenvolvimento das competências gerais e específicas e as estratégias/metodologias utilizadas pelo professor e a avaliação	33
2. A METODOLOGIA VIABILIZANDO A APRENDIZAGEM: as estratégias de ensino, sua correlação com os recursos didáticos	36
3. observação de sala de aula: estratégias de construção de parceria com o pedagogo	37
4. o uso de metodologias ativas e de recursos educacionais digitais	37
5. A GESTÃO DE SALA DE AULA: a importância da organização da coletividade, o cuidado com as relações interpessoais e a mediação do conhecimento	38
6. os objetivos de aprendizagem e o desenvolvimento das competências e habilidades	39
7. o uso de técnicas de gestão de sala de aula e de estratégias de gestão do tempo e da aprendizagem	46
8. a importância do clima escolar para a construção do respeito e de um ambiente acolhedor para a formação do jovem	47
9. A AVALIAÇÃO E A RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM: avaliação interna e externa	47
10. avaliação diagnóstica, formativa e somativa	48
11. recuperação de estudos e reavaliação	49
12. critérios, instrumentos e intencionalidade da avaliação escolar	50
13. O ACOMPANHAMENTO AO ESTUDANTE COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: estratégias direcionadas, o desenvolvimento cognitivo e emocional na aprendizagem, a importância da integração entre o professor regente e os professores de apoio ao estudante com defasagem de aprendizagem e com deficiência	56
14. Documentos curriculares do paraná e seu quadro organizador	60
15. RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS: plataformas digitais de aprendizagem, ferramentas de colaboração, comunicação, gerenciamento de salas virtuais	61

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão,

é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

Gêneros Discursivos

– **Romance:** descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

– **Conto:** obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

– **Novela:** muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

– **Crônica:** texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

– **Poesia:** apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

– **Editorial:** texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

– **Entrevista:** texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

– **Cantiga de roda:** gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

– **Receita:** texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

COMPREENSÃO DE TEXTOS DIGITAIS E MULTIMODAIS

A compreensão de textos digitais e multimodais envolve a capacidade de interpretar e entender informações apresentadas em diferentes formatos e meios, como texto escrito, imagens, vídeos, gráficos, e outros elementos interativos. Esta competência é crucial na era digital, onde a comunicação e a informação são frequentemente transmitidas por meio de múltiplos canais e formatos.

Aqui estão alguns pontos-chave sobre a compreensão de textos digitais e multimodais:

Claro! Vamos aprofundar um pouco mais em cada um dos aspectos mencionados anteriormente para fornecer uma compreensão mais detalhada da leitura e compreensão de textos digitais e multimodais.

1. Integração de Mídias

Textos digitais frequentemente utilizam diferentes mídias para transmitir informações. Por exemplo, um artigo de notícias online pode incluir:

- Texto para fornecer detalhes e narrativas.
- Imagens para ilustrar pontos-chave ou adicionar contexto visual.
- Vídeos para fornecer reportagens mais dinâmicas ou entrevistas.
- Áudio para podcasts ou clipes sonoros relevantes.

Compreender a integração dessas mídias requer habilidades de leitura tradicional, assim como a capacidade de interpretar e analisar informações visuais e auditivas. Cada mídia pode contribuir com diferentes nuances para a mensagem geral.

2. Interatividade

A interatividade é um componente central de muitos textos digitais. Exemplos incluem:

- Links que direcionam os leitores para informações adicionais ou relacionadas.
- Menus e navegação que permitem aos usuários explorar diferentes seções de um site.
- Elementos interativos como questionários, infográficos interativos e jogos educativos.

Para compreender totalmente esses textos, os leitores precisam ser proficientes em navegar e interagir com esses elementos. Isso também envolve habilidades de problem-solving para explorar e descobrir informações adicionais através de interações digitais.

3. Literacia Visual

A literacia visual é a capacidade de interpretar e fazer sentido de informações apresentadas visualmente. Exemplos de elementos visuais incluem:

- Gráficos e tabelas que apresentam dados de maneira condensada e visual.
- Diagramas e mapas que mostram relações e distribuições espaciais.
- Infográficos que combinam texto e imagens para transmitir informações complexas de forma mais acessível.

Os leitores precisam ser capazes de analisar esses elementos visuais e entender como eles complementam ou expandem o texto escrito.

4. Literacia Digital

A literacia digital envolve uma série de competências relacionadas ao uso de tecnologias digitais, incluindo:

- Navegação na web: Usar motores de busca, entender URLs e reconhecer websites confiáveis.
- Segurança digital: Proteger informações pessoais, entender privacidade online e evitar fraudes.
- Ferramentas digitais: Usar software e aplicativos para criar, editar e compartilhar informações.

Essas habilidades são essenciais para acessar, compreender e utilizar informações no ambiente digital moderno.

5. Análise Crítica

A análise crítica de textos digitais envolve:

- Avaliação de fontes: Determinar a credibilidade de uma fonte, verificar a autoria e entender a reputação da publicação.
- Identificação de vieses: Reconhecer possíveis preconceitos ou agendas nas informações apresentadas.
- Distinguir fatos de opiniões: Separar informações factuais de comentários ou interpretações subjetivas.

Desenvolver um olhar crítico é fundamental para navegar pelo vasto e variado mundo da informação digital, evitando desinformação e manipuladores.

6. Multimodalidade

A multimodalidade refere-se ao uso de diferentes modos de comunicação para transmitir uma mensagem. Em textos digitais, isso pode significar a combinação de:

- Texto: Fornecendo o corpo principal da informação.
- Imagens e vídeos: Oferecendo suporte visual e contextual.
- Elementos sonoros: Adicionando uma camada auditiva de informação.
- Interatividade: Engajando o leitor de maneira ativa.

Os leitores precisam entender como esses diferentes modos trabalham juntos para criar uma mensagem coesa e eficaz.

7. Cultura Digital

Compreender a cultura digital envolve:

- Conhecimento de tendências e memes: Estar ciente de como as tendências culturais e memes influenciam a comunicação online.
- Uso de emojis e linguagem informal: Entender como esses elementos são usados para transmitir emoções e tons em mensagens digitais.
- Conexões sociais e redes: Compreender como as redes sociais funcionam e como as pessoas interagem e compartilham informações.

Esse conhecimento cultural ajuda os leitores a interpretar o contexto e as nuances da comunicação digital.

Exemplos Práticos

Para ilustrar como essas habilidades podem ser aplicadas, considere os seguintes exemplos:

1. Artigo de Notícias Online:

- Um artigo pode incluir texto, um vídeo de uma entrevista, e gráficos que mostram dados estatísticos.
- O leitor precisa ler o texto, assistir ao vídeo para obter informações adicionais, e interpretar os gráficos para compreender completamente a notícia.

2. Curso On-line:

- Um curso pode incluir módulos de texto, vídeos de aulas, quizzes interativos, e fóruns de discussão.
- O aluno precisa engajar-se com cada um desses elementos para aprender efetivamente o material do curso.

3. Redes Sociais:

- Um post pode incluir texto, imagens, emojis, e links para outras fontes.
- O usuário precisa entender o contexto cultural do post, interpretar as imagens e emojis, e seguir os links para obter informações adicionais.

Ao desenvolver essas habilidades, os indivíduos podem navegar de forma mais eficaz e crítica pelo vasto mundo da informação digital e multimodal.

DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA OFICIAL

Definições

Com origem no idioma grego, no qual *orto* significa “direito”, “exato”, e *grafia* quer dizer “ação de escrever”, ortografia é o nome dado ao sistema de regras definido pela gramática normativa que indica a escrita correta das palavras.

Já a Ortografia Oficial se refere às práticas ortográficas que são consideradas oficialmente como adequadas no Brasil. Os principais tópicos abordados pela ortografia são: o emprego de acentos gráficos que sinalizam vogais tônicas, abertas ou fechadas; os processos fonológicos (crase/acento grave); os sinais de pontuação elucidativos de funções sintáticas da língua e decorrentes dessas funções, entre outros.

– **Os acentos:** esses sinais modificam o som da letra sobre a qual recaem, para que palavras com grafia similar possam ter leituras diferentes, e, por conseguinte, tenham significados distintos.

Resumidamente, os acentos são agudo (deixa o som da vogal mais aberto), circunflexo (deixa o som fechado), til (que faz com que o som fique nasalado) e acento grave (para indicar crase).

– **O alfabeto:** é a base de diversos sistemas de escrita. Nele, estão estabelecidos os sinais gráficos e os sons representados por cada um dos sinais; os sinais, por sua vez, são as vogais e as consoantes.

– **As letras K, Y e W:** antes consideradas estrangeiras, essas letras foram integradas oficialmente ao alfabeto do idioma português brasileiro em 2009, com a instauração do Novo Acordo Ortográfico.

As possibilidades da vogal Y e das consoantes K e W são, basicamente, para nomes próprios e abreviaturas, como abaixo:

– Para grafar símbolos internacionais e abreviações, como *Km* (quilômetro), *W* (watt) e *Kg* (quilograma).

– Para transcrever nomes próprios estrangeiros ou seus derivados na língua portuguesa, como Britney, Washington, Nova York etc.

– **Relação som X grafia:** confira abaixo os casos mais complexos do emprego da ortografia correta das palavras e suas principais regras:

– **«ch» ou «x»?**: deve-se empregar o X nos seguintes casos:

a) Em palavras de origem africana ou indígena.

Exemplo: oxum, abacaxi.

b) Após ditongos.

Exemplo: abaixar, faixa.

c) Após a sílaba inicial “en”.

Exemplo: enxada, enxergar.

d) Após a sílaba inicial “me”.

Exemplo: mexilhão, mexer, mexerica.

– **s” ou “x”?**: utiliza-se o S nos seguintes casos:

a) Nos sufixos “ese”, “isa”, “ose”.

Exemplo: síntese, avisa, verminose.

b) Nos sufixos “ense”, “osa” e “oso”, quando formarem adjetivos.

Exemplo: amazonense, formosa, jocoso.

c) Nos sufixos “ês” e “esa”, quando designarem origem, título ou nacionalidade.

Exemplo: marquês/marquesa, holandês/holandesa, burguês/burguesa.

d) Nas palavras derivadas de outras cujo radical já apresenta “s”.

Exemplo: casa – casinha – casarão; análise – analisar.

– **Porque, Por que, Porquê ou Por quê?**

– Porque (junto e sem acento): é conjunção explicativa, ou seja, indica motivo/razão, podendo substituir o termo pois. Portanto, toda vez que essa substituição for possível, não haverá dúvidas de que o emprego do porque estará correto.

Exemplo: Não choveu, porque/pois nada está molhado.

– Por que (separado e sem acento): esse formato é empregado para introduzir uma pergunta ou no lugar de “o motivo pelo qual”, para estabelecer uma relação com o termo anterior da oração.

Exemplos: Por que ela está chorando? / Ele explicou por que do cancelamento do show.

– Porquê (junto e com acento): trata-se de um substantivo e, por isso, pode estar acompanhado por artigo, adjetivo, pronome ou numeral. Exemplo: Não ficou claro o porquê do cancelamento do show.

– Por quê (separado e com acento): deve ser empregado ao fim de frases interrogativas. Exemplo: Ela foi embora novamente. Por quê?

Parônimos e homônimos

– **Parônimos:** são palavras que se assemelham na grafia e na pronúncia, mas se divergem no significado. Exemplos: absolver (perdoar) e absorver (aspirar); aprender (tomar conhecimento) e apreender (capturar).

– **Homônimos:** são palavras com significados diferentes, mas que coincidem na pronúncia. Exemplos: “gosto” (substantivo) e “gosto” (verbo gostar) / “este” (ponto cardeal) e “este” (pronome demonstrativo).

EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO

Visão Geral

O sistema de pontuação consiste em um grupo de sinais gráficos que, em um período sintático, têm a função primordial de indicar um nível maior ou menor de coesão entre estruturas e, ocasionalmente, manifestar as propriedades da fala (prosódias) em um discurso redigido. Na escrita, esses sinais substituem os gestos e as expressões faciais que, na linguagem falada, auxiliam a compreensão da frase.

O emprego da pontuação tem as seguintes finalidades:

- Garantir a clareza, a coerência e a coesão interna dos diversos tipos textuais;
- Garantir os efeitos de sentido dos enunciados;
- Demarcar das unidades de um texto;
- Sinalizar os limites das estruturas sintáticas.

Sinais de pontuação que auxiliam na elaboração de um enunciado

Vírgula

De modo geral, sua utilidade é marcar uma pausa do enunciado para indicar que os termos por ela isolados, embora compartilhem da mesma frase ou período, não compõem unidade sintática. Mas, se, ao contrário, houver relação sintática entre os termos, estes não devem ser isolados pela vírgula. Isto quer dizer que, ao mesmo tempo que existem situações em que a vírgula é obrigatória, em outras, ela é vetada.

Confira os casos em que a vírgula **deve** ser empregada:

– No interior da sentença

- 1 – Para separar elementos de uma enumeração e repetição:

ENUMERAÇÃO
Adicione leite, farinha, açúcar, ovos, óleo e chocolate.
Paguei as contas de água, luz, telefone e gás.

REPETIÇÃO
Os arranjos estão lindos, lindos!
Sua atitude foi, muito, muito, muito indelicada.

2 – Isolar o *vocativo*

“Crianças, venham almoçar!”

“Quando será a prova, professora?”

3 – Separar *apostos*

“O ladrão, menor de idade, foi apreendido pela polícia.”

4 – Isolar expressões explicativas:

“As CPis que terminaram em pizza, ou seja, ninguém foi responsabilizado.”

5 – Separar conjunções intercaladas

“Não foi explicado, porém, o porquê das falhas no sistema.”

6 – Isolar o adjunto adverbial anteposto ou intercalado:

“Amanhã pela manhã, faremos o comunicado aos funcionários do setor.”

“Ele foi visto, muitas vezes, vagando desorientado pelas ruas.”

7 – Separar o *complemento pleonástico antecipado*:

“Estas *alegações*, não as considero legítimas.”

8 – Separar termos coordenados assindéticos (não conectadas por conjunções)

“Os seres vivos nascem, crescem, reproduzem-se, morrem.”

9 – Isolar o nome de um local na indicação de datas:

“São Paulo, 16 de outubro de 2022”.

10 – Marcar a *omissão* de um termo:

“Eu faço o recheio, e você, a cobertura.” (omissão do verbo “fazer”).

– Entre as sentenças

1 – Para separar as orações subordinadas adjetivas explicativas
“Meu aluno, que mora no exterior, fará aulas remotas.”

2 – Para separar as orações coordenadas sindéticas e assindéticas, com exceção das orações iniciadas pela conjunção “e”:

“Liguei para ela, expliquei o acontecido e pedi para que nos ajudasse.”

3 – Para separar as orações substantivas que antecedem a principal:

“Quando será publicado, ainda não foi divulgado.”

4 – Para separar orações subordinadas adverbiais desenvolvidas ou reduzidas, especialmente as que antecedem a oração principal:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ECA – ART. 56, 232, 245 E 249

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

CAPÍTULO IV DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I - maus-tratos envolvendo seus alunos;
- II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- III - elevados níveis de repetência.

SEÇÃO II DOS CRIMES EM ESPÉCIE

Art. 232. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao ~~pátrio poder~~ poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar: (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

QUESTÕES

1. FUNCERN - 2023 - Câmara de Natal - RN - Assistente Legislativo (ALNS) - Pedagogo

Como está posto no art. 56, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 1990), os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, devem comunicar ao Conselho Tutelar, entre outros, o caso de

- (A) indisciplina ou baixo rendimento, após comunicação à família.
- (B) maus-tratos envolvendo seus alunos e elevados níveis de repetência.
- (C) reiteração de faltas justificadas e de evasão escolar, mantidos os recursos escolares.
- (D) confirmação ou suspeita de uso de drogas por parte dos pais ou responsáveis e ausências dos pais ou responsáveis em reuniões.

2. SELECON - 2022 - Prefeitura de São José dos Quatro Marcos - MT - Professor II -

A diretora da escola X, de ensino fundamental, toma conhecimento de que o aluno Mauro é excessivamente faltoso e sofre maus-tratos em casa. De acordo com o Art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA(1990), ela deverá comunicar o fato:

- (A) ao Conselho Tutelar
- (B) à Delegacia mais próxima
- (C) à Secretaria Segurança
- (D) ao Ministério da Educação

3. IVIN - 2024 - Prefeitura de Conceição do Canindé - PI - Professor -

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990), em seu art. 56, os casos de maus-tratos envolvendo alunos, de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, e de elevados níveis de repetência, devem ser comunicados ao Conselho Tutelar pelos dirigentes de:

- (A) Estabelecimentos de educação superior.
- (B) Estabelecimentos de ensino fundamental.
- (C) Estabelecimentos de ensino médio.
- (D) Estabelecimentos de educação infantil
- (E) Estabelecimentos da educação básica.

4. IVIN - 2024 - Prefeitura de Conceição do Canindé - PI - Professor -

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990), em seu art. 56, os casos de maus-tratos envolvendo alunos, de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, e de elevados níveis de repetência, devem ser comunicados ao Conselho Tutelar pelos dirigentes de:

- (A) Estabelecimentos de educação superior.
- (B) Estabelecimentos de ensino fundamental.
- (C) Estabelecimentos de ensino médio.
- (D) Estabelecimentos de educação infantil.
- (E) Estabelecimentos da educação básica.

5. Instituto Consulplan - 2020 - Prefeitura de Formiga - MG - Auxiliar de Educação Especial - Sem Área

O ECA constitui-se importante ferramenta de trabalho para os profissionais da educação em suas ações pedagógicas, como também orienta todo o sistema educacional. É um instrumento que, também, garante as políticas públicas tão necessárias à infância e à juventude em situações de risco e de vulnerabilidade social. Ao contrário dos dizeres populares alardeados pela mídia e especuladores, o ECA não se apresenta como uma ameaça à autoridade do sistema educacional, e sim como um contentor das negligências promovidas contra crianças e adolescentes. (Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestre_2015/agentes_eca_anexo_1.pdf)

Considerando o trecho, são obrigações da escola, de acordo com o Art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente, comunicar ao Conselho Tutelar em casos de:

- I. Maus-tratos envolvendo os seus alunos.
- II. Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- III. Elevados níveis de repetência.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.

6. VUNESP - 2019 - Prefeitura de Itapevi - SP - Orientador Social

De acordo com a Lei Federal nº 8.069/90, toda criança e adolescente tem o direito de ser educado e cuidado sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos responsáveis ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento, é considerado como crime pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – art. 232), que prevê como pena

- (A) multa de um a três salários de referência.
- (B) detenção de seis meses a dois anos.
- (C) prestação de serviços à comunidade.
- (D) aplicação de medidas socioeducativas.
- (E) ressarcimento dos prejuízos causados.

7. IBADE - 2024 - Prefeitura de Lúna - ES - Professor B - DT Ciências

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/1990, estabelece uma série de direitos e deveres para crianças e adolescentes no Brasil. Nesse sentido, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é um direito das crianças e adolescentes:

- (A) contribuir para o convívio harmônico familiar e comunitário, participando de ações que visem ao bem-estar coletivo.
- (B) respeitar as regras da sociedade, agindo com responsabilidade e respeito aos direitos dos outros;
- (C) respeitar os professores, funcionários e colegas no ambiente escolar;
- (D) respeitar e obedecer aos pais ou responsáveis;
- (E) ser protegido contra qualquer forma de abuso, exploração, negligência, crueldade e violência;

8. IBFC - 2023 - SEE-AC - ENSINO REGULAR: PROFESSOR PNS-P2

De acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), analise as afirmativas abaixo.

I. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

II. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

III. Não é possível, em nenhuma hipótese, a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente aos maiores de dezoito anos.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III
- (B) I e II apenas
- (C) II e III apenas
- (D) I apenas

9. ADM&TEC - 2020 - Prefeitura de Gravatá - PE - Professor Auxiliar

Analise as afirmativas a seguir:

I. As crianças e os adolescentes, no Brasil, não têm o direito de brincar, praticar esportes, participar de atividades lúdicas ou divertir-se, de acordo com as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente.

II. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que não podem ser objeto de proteção legal a autonomia, a imagem, os recursos materiais, os objetos pessoais, as ideias ou mesmo a opinião das crianças e dos adolescentes.

Marque a alternativa CORRETA:

- (A) As duas afirmativas são verdadeiras.
- (B) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- (C) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- (D) As duas afirmativas são falsas.

10. MetroCapital Soluções - 2020 - Prefeitura de Amparo - SP - Professor de Educação Básica I - PEB I

Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta.

I – a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

II – nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

III – é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, todavia, a participação na definição das propostas educacionais é competência dos educadores.

- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- (D) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

11. Instituto Darwin - 2024 - Prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe - PE - Professor Anos Finais do Ensino Fundamental - Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no que se refere à educação brasileira, assinale a alternativa correta que apresenta o seu principal objetivo.

- (A) Garantir o acesso universal à educação de qualidade para crianças e adolescentes.
- (B) Estabelecer a obrigatoriedade do ensino fundamental universal e de qualidade.
- (C) Regular a gestão das escolas públicas em relação à educação de crianças e adolescentes.
- (D) Assegurar a proteção integral dos direitos da criança e do adolescente na educação.

12. AEVSF/FACAPE - 2024 - Prefeitura de Santa Maria da Boa Vista - PE - Professor de Geografia - 20h

O Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 ao dispor sobre um assunto de suma importância no ordenamento jurídico, no tocante a proteção integral à criança e ao adolescente, impõe a sociedade e ao Estado a garantia de efetivação dos direitos como compromisso cívico e ético.

Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei no 8.069/1990. – 6. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 202

Considerando o Art. 56 e seus incisos no que dispõe sobre os casos a serem comunicados pelos dirigentes ao Conselho Tutelar, avalie as afirmações a seguir.:

- I. Maus-tratos envolvendo seus alunos.
- II. Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- III. Elevados níveis de repetência.
- IV. Horário especial para o exercício das atividades.
- V. Capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

É CORRETO apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.

13. MetroCapital Soluções - 2020 - Prefeitura de Amparo - SP - Professor de Educação Básica I - PEB I

Acerca do direito à educação assegurado à criança e ao adolescente, conforme preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar, EXCETO:

- (A) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
- (B) é dever do município assegurar à criança e ao adolescente ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- (C) o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.
- (D) os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.
- (E) a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes o direito de ser respeitado por sus educadores.

14. : Prefeitura de Itambaracá - PR - 2020 - Prefeitura de Itambaracá - PR - Professor

No tocante ao Estatuto da Criança e do Adolescente, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

() Considera criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela compreendida entre doze e dezoito anos.

() Destinam recursos financeiros por meio de transferência automática no custeio do pagamento dos benefícios à criança e ao adolescente.

() Relaciona inúmeras condutas atentatórias aos direitos de crianças e adolescentes que, se praticadas, podem caracterizar crimes e outras que constituem as chamadas infrações administrativas.

() Garante que as crianças e adolescentes brasileiros, sejam reconhecidos como objetos de intervenção da família e do Estado.

- (A) V – V – F – F.
- (B) F – F – V – F.
- (C) V – F – V – F.
- (D) V – V – V – F.

15. IDHTEC - 2024 - Prefeitura de Presidente Tancredo Neves - BA - Professor Anos Finais - Matemática

No contexto da legislação brasileira, especialmente pautada pela Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), no que se refere às medidas de proteção contra crimes envolvendo crianças e adolescentes e aos instrumentos legais previstos para garantir tais proteções:

(A) O ECA prevê apenas medidas socioeducativas para o agressor, independentemente da gravidade do crime cometido contra crianças e adolescentes, sem especificar ações de proteção diretas às vítimas.

(B) Crimes contra crianças e adolescentes são tratados pelo ECA com penas que variam de advertência até a reclusão, mas sem prever ações integradas de proteção social, saúde e educação para as vítimas.

(C) O ECA estabelece que toda criança ou adolescente tem direito à proteção integral, promovendo mecanismos para prevenir violências e crimes contra menores, além de definir penalidades específicas aos infratores, que podem incluir detenção ou multa, e assegura assistência às vítimas.

(D) A proteção contra crimes para crianças e adolescentes é assegurada exclusivamente pelo Sistema Nacional de Educação, por meio da inclusão de temas transversais relacionados aos direitos humanos nos currículos escolares, segundo o ECA.

(E) Segundo o ECA, a proteção de crianças e adolescentes contra crimes é delegada unicamente aos conselhos tutelares, que atuam após a consumação de crimes, aplicando medidas administrativas contra os agressores.

ANOTAÇÕES

GABARITO

1	B
2	A
3	B
4	B
5	A
6	B
7	E
8	B
9	D
10	C
11	D
12	A
13	B
14	C
15	C

CONHECIMENTOS DIDÁTICOS

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESCOLAR: PLANO DE AULA, RELAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO DA AULA E O ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS DE APRENDIZAGENS, RELAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS GERAIS E ESPECÍFICAS E AS ESTRATÉGIAS/METODOLOGIAS UTILIZADAS PELO PROFESSOR E A AVALIAÇÃO

O ato de planejar é uma tarefa imprescindível na vida humana e assim se constitui também no trabalho pedagógico. O planejamento escolar é uma etapa prioritária e permanente na prática pedagógica e define os parâmetros, objetivos, planos de ação e avaliações de uma escola.

Para Libâneo (2005) o planejamento escolar refere-se à uma atividade de revisão e previsão da ação escolar, examinando recursos e procedimentos e as formas de avaliação com a finalidade de atingir os objetivos propostos.

Danilo Gandin, José Carlos Libâneo e Celso Vasconcellos são educadores e teóricos que problematizam os temas do planejamento escolar e a gestão pedagógica; discorrem também sobre Projeto Político Pedagógico, currículo e processo educativo. Eles discutem sobre as lacunas entre teoria e prática relacionadas aos temas em destaque e apresentam suas propostas de caminhos pedagógicos autênticos visando sanar as desigualdades do processo educativo. Destacam também em suas análises o papel do professor e aluno, suas relações subjetivas e o protagonismo desses sujeitos sociais para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

Gestão escolar refere-se a toda forma de organização da escola: setor financeiro, questões pedagógicas, acadêmicas, secretaria escolar, administrativo, RH e todas as áreas que fazem parte da construção do ambiente escolar e seu funcionamento.

Desde o processo de redemocratização do Brasil em meados de 1980 fala-se numa gestão escolar democrática. A gestão democrática conta com o envolvimento da comunidade escolar no processo de construção, desenvolvimento do espaço escolar e de todo o planejamento pedagógicos; além de suas ações e processos. Portanto a gestão democrática é uma gestão participativa, com a presença de todos os sujeitos sociais inseridos no contexto da instituição de ensino, sendo estes: pais, professores, coordenadores, diretores, alunos e entidades governamentais locais.

Para que haja uma gestão educacional são necessários seis pilares: gestão pedagógica da escola, gestão administrativa, gestão financeira, gestão de recursos humanos, gestão da comunicação da escola, gestão de tempo e qualidade do ensino.

Além destes pilares existe o controle acadêmico escolar no intuito de apresentar uma gestão dos alunos, o que abarca matrículas, documentos, transferências, turmas, diários dos professores, notas, frequências, carga horária dos alunos e conteúdos ministra-

dos pelos professores. Todos esses pilares e a gestão dos alunos encontra-se no Livro de Gestão da escola que são separados de acordo com os pilares e seus assuntos.

Referências Bibliográficas

- GANDIN, Danilo. *Planejamento Como Prática Educativa*. 8 ed. São Paulo : Loyola, 1993.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*. 5 Ed. Goiânia : Alternativa, 2000.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. *Planejamento – Projeto de ensino e aprendizagem e projeto político-pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2000.

Um plano de aula está diretamente relacionado ao plano de ensino¹, mas descreve uma sequência didática a ser seguida para o desenvolvimento integral e integrado da aprendizagem, diariamente, em cada aula ou atividade prática (laboratório, estágio, visit(A). Facilita a visualização da dinâmica da aula ou atividade, contribui para que outro docente possa utilizar-se desta referência, em caso de impossibilidade ou ausência do docente responsável².

— Elaboração de um plano de aula

Para Libâneo, “o planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino”. Portanto, o planejamento de aula é um instrumento essencial para o professor definir as estratégias pedagógicas, conforme o objetivo a ser alcançado, criteriosamente adequado para as diferentes turmas, com flexibilidade suficiente, caso necessite de alterações.

Na elaboração do plano de aula devemos nos atentar para:

- Clareza e objetividade;
- Atualização do plano periodicamente;
- Conhecimento dos recursos disponíveis da escola;
- Noção do conhecimento que os alunos já possuem sobre o conteúdo abordado;
- Articulação entre a teoria e a prática;
- Utilização de metodologias diversificadas, inovadoras e que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem;

1 Um plano de ensino é aquele que compreende todo o processo ensino aprendizagem durante o ano letivo, explicitando todas as disciplinas ou módulos do curso. É o documento que o aluno recebe no primeiro dia de aula descrevendo: identificação da disciplina, carga horária, objetivos, cronograma de atividades (conteúdos), instrumentos de avaliativos, bibliografia recomendada. Eventualmente o educador não tem oportunidade de elaborar o plano de ensino, pois, conforme a instituição é previamente elaborado e apresentado, sem espaço para ser revisitado.

2 https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4505701/mod_resource/content/2/TEXTO%20PLANO%20DE%20AULA.pdf

- Sistematização das atividades de acordo com o tempo disponível (dimensiono o tempo/carga horária, segundo cada etapa da aula/atividade);
- Flexibilidade frente a situações imprevistas;
- Realização de pesquisas buscando diferentes referências, como revistas, jornais, filmes entre outros;
- Elaboração de aulas de acordo com a realidade sociocultural dos estudantes.

Ao elaborar o plano, faça um diagnóstico inicial, respondendo a questões:

Para quem vou ensinar? Quem são os estudantes? Quais as características (faixa etária, grau de maturidade, conhecimentos prévios, habilidades adquiridas, contexto social em que vivem (alunos trabalhadores com múltiplas jornadas de trabalho))?

Por que ensinar? Quais os objetivos da educação e da escola? Do módulo ou da aula?

Quais as competências a serem desenvolvidas? Na educação, decidir e definir os objetivos de aprendizagem significa estruturar, de forma consciente, o processo educacional para propiciar mudanças de pensamentos, ações e condutas.

Essa estruturação resulta do planejamento diretamente relacionado à seleção de conteúdos, de procedimentos, de atividades, de recursos disponíveis, de estratégias, de instrumentos de avaliação e da metodologia a ser adotada no processo educativo, alinhados à formação das competências, de acordo com o perfil profissional delineado pela escola.

O que ensinar? Qual o conteúdo requerido, selecionado? Como integrar conteúdos e outras áreas do saber (temas transversais, interdisciplinaridade)?

Como ensinar? Quais os recursos didáticos disponíveis? Outros podem ser providenciados/ construídos? Qual o período da aula (matutino, vespertino, noturno)? Como aproveitar os conhecimentos e experiências prévias? Quais estratégias utilizar?

Como verificar a aprendizagem? Como acompanhar o processo educativo? Quais os critérios para definir o sistema de avaliação?

Quais os métodos e tipos de instrumentos de avaliação? Há coerência entre os métodos de avaliação e os objetivos delineados? Consideram os resultados a serem alcançados?

Nessa perspectiva, em um modelo prático (mas, não único!), estruturalmente o Plano de Aula é constituído por: Identificação, Objetivos, Conteúdos, Metodologias, Recursos e Avaliação.

1. CABEÇALHO E IDENTIFICAÇÃO

Escola:

Turma:

Disciplina:

Professor(A):

Data:

Horário:

Duração:

Tema:

2. OBJETIVOS

Para falarmos sobre objetivos vamos lembrar um trecho do filme “Alice no País das Maravilhas”, aquele em que a personagem se encontra frente a vários caminhos para prosseguir sua busca pelo coelho que fugiu com o relógio:

Ao ver um grande gato no alto de uma árvore pergunta-lhe:

— Você pode me ajudar?

Ele diz:

— Sim, pois não.

— Para onde vai essa estrada, pergunta ela.

Ele responde com outra pergunta:

— Para onde você quer ir?

Ela diz: — Não sei, estou perdida.

Ele, então, lhe diz assim:

— Para quem não sabe aonde vai, qualquer caminho serve.

Os professores, especialmente àqueles que compreendem a função social e política da educação, não podem ser estilo “Alice”, ou seja, não ter clareza do que querem atingir com suas aulas. Como escapar desse estilo? É necessário planejar criteriosamente suas aulas.

A elaboração de um plano de aula inicia-se com a formulação dos objetivos de aprendizagem, ou seja, a definição clara e precisa do que se espera que o estudante seja capaz de fazer após a conclusão da aula/disciplina. A elaboração de objetivos mais adequados ao ensino pode ser facilitada pelo uso da Taxonomia de Bloom³ (auxilia a identificação e a declaração dos objetivos).

Uma estrutura de organização hierárquica de objetivos educacionais. Essa taxonomia resultou do trabalho de uma comissão multidisciplinar de especialistas de várias universidades dos Estados Unidos, liderada por Benjamin S. Bloom, na década de 1950. A classificação divide as possibilidades de aprendizagem em três grandes domínios:

– **Cognitivo:** abrangendo a aprendizagem intelectual (relacionado ao aprender, dominar um conhecimento);

– **Afetivo:** abrangendo os aspectos de sensibilização e gradação de valores (relacionado a sentimentos e posturas);

– **Psicomotor:** abrangendo as habilidades de execução de tarefas que envolvem o organismo muscular (relacionado a habilidades físicas específicas).

Para melhor compreensão do assunto vamos rever os objetivos de nossa aula:

Compreender os princípios norteadores da elaboração do plano de aula;

Identificar os elementos que compõem o plano de aula;

Elaborar o plano de aula;

Refletir sobre a importância do planejamento na organização das ações de ensino.

³ *Uma das teorias de aprendizagem que auxiliam os professores no planejamento e aprimoramento do processo educacional é a Taxonomia de Bloom, bastante utilizada para definir objetivos. Benjamin Bloom (1913–1999) foi um psicólogo e pedagogo norte-americano que desenvolveu diversas pesquisas ao longo de sua vida profissional, abordando a educação com uma perspectiva psicológica. Ele entendia que a educação vai além do âmbito acadêmico, pois deve servir ao propósito de extrair todo o potencial humano, para que este alcance seus sonhos com um olhar mais otimista para os alunos, sem vê-los como meros estudantes. Considerando os aspectos cognitivos, emocionais e psicomotores da aprendizagem, bem como sua influência sobre o processo educacional e modo de auxiliar os professores na prática de ensinar, em 1956, Bloom apresentou seu modelo educacional no trabalho intitulado “Taxonomia de objetivos educacionais”.*

Você pode nos dizer a quais domínios da Taxonomia de Bloom eles se relacionam? Como você pode observar a declaração de um objetivo se inicia com um verbo no infinitivo que descreve o desempenho esperado do estudante.

Ao selecionar os verbos, precisamos considerar o que o estudante deverá ser capaz de. Veja no quadro referente ao domínio cognitivo, os verbos associados às diferentes categorias.

CATEGORIA	VERBO
Conhecimento	Definir, escrever, selecionar, sublinhar, selecionar, lembrar, declarar, listar, reconhecer, reproduzir, nomear, rotular, medir.
Compreensão	Identificar, ilustrar, explicar, justificar, representar, julgar, selecionar, nomear, constatar, indicar, formular, classificar.
Aplicação	Predizer, escolher, encontrar, construir, selecionar, mostrar, computar, avaliar, demonstrar, usar, explicar, desempenhar.
Análise	Analisar, selecionar, justificar, identificar, separar, resolver, concluir, comparar, separar, diferenciar, contrastar, criticar.
Síntese	Combinar, arguir, selecionar, repetir, discutir, relacionar, sumarizar, organizar, generalizar, sintetizar, derivar, concluir.
Avaliação	Julgar, suportar, identificar, avaliar, defender, evitar, determinar, atacar, selecionar, reconhecer, criticar, escolher.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4505701/mod_resource/content/2/TEXTO%20PLANO%20DE%20AULA.pdf

Portanto, lembre-se da Taxonomia de Bloom ao definir os objetivos: conforme o domínio, os objetivos são expressos por verbos que explicitam a ação esperada, de forma coerente. Ex: considerando o domínio cognitivo, o verbo escolhido no objetivo deve expressar o que o estudante deverá conhecer; no domínio psicomotor, o que o estudante deverá ser capaz de fazer e no domínio afetivo que atitudes e comportamentos o estudante deverá adotar após a aula.

Características dos objetivos bem delineados:

- Orientados para os sujeitos da ação;
- Fornecem uma descrição dos resultados desejados;
- São claros e precisos;
- São facilmente compreendidos;
- São relevantes;
- São realizáveis.

3. CONTEÚDOS

A seleção dos conteúdos a serem trabalhados na aula deve responder a questão: Para alcançar os objetivos delineados quais conteúdos devem ser trabalhados?

Considere também os critérios abaixo:

- Vinculação aos objetivos;
- Validade (aplicável à vida real);
- Significância (relação com experiências pessoais dos sujeitos);
- Utilidade para os sujeitos (atender as necessidades e interesses dos estudantes);

- Adequado à diversidade dos sujeitos;
- Adequado ao tempo da ação.

Para facilitar o delineamento dos conteúdos e seleção das estratégias de ensino, propõe-se a tipologia dos conteúdos de aprendizagem:

– **Factuais:** referem-se ao conhecimento de fatos, acontecimentos, situações, dados e fenômenos concretos e singulares. Envolve memorização e repetição.

– **Conceituais:** relacionam-se com conceitos propriamente ditos e referem-se ao conjunto de fatos, objetos ou símbolos que possuem características comuns. São mais abstratos e envolvem compreensão, reflexão, análise e comparação. Envolve compreensão e utilização dos conhecimentos.

– **Procedimentais:** Referem-se ao aprender a fazer, envolvem regras, técnicas, métodos, estratégias e habilidades. Como exemplos, temos: ler, desenhar, observar, classificar e traduzir. A aprendizagem envolve a realização de ações, ou seja, para aprender é preciso fazer e aplicar o conhecimento em diferentes contextos.

– **Atitudinais:** envolvem valores, atitudes e normas. Incluem-se nesses conteúdos, a cooperação, a solidariedade, o trabalho em grupo, o respeito, a ética e o trabalho com a diversidade. A aprendizagem desses conteúdos envolve a reflexão, tomada de posição e avaliação, o que pode ser facilitado por meio de estudos de casos, situações-problemas, júri simulado, etc.

Selecione os conteúdos, baseando-se no Plano de Ensino, estabelecendo uma sequência lógica para facilitar a integração dos demais conteúdos. Conforme o contexto pode-se estabelecer a abordagem dos aspectos mais gerais até os mais específicos, preferencialmente iniciando dos mais simples para os mais complexos.

Certifique-se de que está contemplando o necessário para o momento, quantitativa e qualitativamente, sem exceder os limites, incluindo outros assuntos que podem ser abordados posteriormente, de maneira mais facilitadora, à compreensão e ao aprendizado.

4. ESTRATÉGIAS

Corresponde aos caminhos/meios para atingir os objetivos. Para a seleção das estratégias de ensino é preciso responder a questão: Que situações de aprendizagem devo organizar para que o estudante atinja os objetivos delineados?

Alguns critérios devem ser considerados na seleção das estratégias:

- Concepção pedagógica adotada;
- Domínios dos objetivos;
- Tipologia dos conteúdos;
- Características dos estudantes;
- Características da estratégia;
- Características do professor;
- Características do assunto abordado;
- Tempo para desenvolvimento da ação;
- Recursos disponíveis: materiais, físicos, humanos e financeiros.

Na seleção das estratégias o alcance dos objetivos se torna mais fácil quando estas:

- Permitem resgatar o conhecimento prévio dos estudantes;
- Promovem a participação ativa dos estudantes;

– Valorizam os saberes dos estudantes, ainda que estes sejam do senso comum.

Alguns exemplos de estratégias de ensino:

– Jogos, dramatização, dinâmica de grupo, roda de conversa, oficina pedagógica, palestra, projetos, resolução de problemas, blogs, seminários, estudos de caso e outros.

5. RECURSOS DIDÁTICOS

São os meios necessários à concretização da estratégia. Estão relacionados aos métodos de ensino e estratégias a serem utilizadas. Devem ser previstos os recursos materiais, físicos, humanos e financeiros.

Os recursos variam desde quadro branco, pincel e apagador, projetor de slides, filmes, mapas, cartazes, aplicativos e softwares de última geração. É importante contemplar ainda manifestações artísticas na formação, tais como poesias, músicas, esculturas, pinturas, fotografias para aprimorar a inserção cultural dos estudantes.

Considerando o perfil atual dos estudantes, os nativos digitais, torna-se vital a inclusão das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) em atividades dinâmicas como jogos, simulações, aulas virtuais, etc. Isso faz com que estudantes e professores se sintam estimulados, tornando o conteúdo mais agradável com vistas a facilitar a compreensão e o aprendizado.

Considere que a eleição de determinados recursos e estratégias metodológicas expressam as concepções pedagógicas adotadas pelo docente e pela escola, bem como as intencionalidades subliminarmente identificadas no processo educativo.

6. AVALIAÇÃO

Trata da verificação do alcance dos objetivos e compreende: o processo de avaliação, os critérios e os instrumentos necessários a esse propósito. Vamos trabalhar com quatro questões fundamentais:

1. Por que avaliar?

Trata-se da verificação do alcance dos objetivos e compreende verificar se:

- Os objetivos foram alcançados?
- O que deu certo?
- O que pode ser mudado/melhorado?

2. O que avaliar?

- A aprendizagem dos estudantes;
- O grau de satisfação dos estudantes e do professor com a aula;
- O planejamento da aula;
- A participação e envolvimento dos estudantes nas atividades desenvolvidas;
- O impacto da aula no dia a dia dos estudantes.

3. Como avaliar:

- Elaborar os critérios de avaliação.
- Construir os instrumentos de avaliação.
- Apresentar e discutir os critérios de avaliação com os estudantes no início da disciplina/aula.

4. Quando avaliar?

- Início do processo: verificar os conhecimentos prévios – Função Diagnóstica.
- Durante o processo: acompanhar a aprendizagem e redirecionar o planejamento – Função Formativa.
- Final do processo: decisão acerca da progressão/certificação do estudante) – Função Somativa.

É desejável que a avaliação tenha caráter contínuo e processual, considerando-se a participação do estudante nas atividades desenvolvidas, a evolução na trajetória escolar e na formação das competências. Os métodos de avaliação devem ser alinhados com as estratégias de ensino, os objetivos e os resultados a serem alcançados.

Seja qual for o método ou sistema de avaliação, considere que o momento de avaliação é também um momento de aprendizado. Requer coerência, respeito, ética e estética.

7. CARGA HORÁRIA

Agora que você já definiu quase todos os componentes de sua aula, é hora de pensar em delimitar o tempo para realização de cada atividade. Para definir a carga horária da aula você deve considerar a complexidade de cada atividade, do assunto tratado, as características dos estudantes, do professor e os recursos selecionados.

Lembre-se que a distribuição da carga horária deve ser relativamente flexível e o professor pode e deve alterá-la conforme o andamento da aula e as necessidades dos estudantes.

8. BIBLIOGRAFIA

Ao preparar a aula, o professor necessita selecionar referências atualizadas e de origem confiável oriundas de órgãos governamentais, instituições de renome, reconhecidas nacional/internacionalmente e compartilhar com os estudantes para que possam aprimorar o aprendizado.

A METODOLOGIA VIABILIZANDO A APRENDIZAGEM: AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO, SUA CORRELAÇÃO COM OS RECURSOS DIDÁTICOS

Os recursos didáticos são as ferramentas utilizadas pelo docente no decorrer do ano letivo, estando, frequentemente, sujeitos a algumas modificações ou a inserção de novos instrumentos que contribuirão para aperfeiçoamento das atividades e aulas executadas na escola. Esses recursos podem ser empregados em aplicações, cursos formatos distintos e constituem artigos indispensáveis para o estímulo desenvolvimento dos alunos. A utilização dos recursos didáticos auxiliam o professor no preenchimento das lacunas deixadas pela educação tradicional e na sua habilidade de possibilitar a que a visão do aluno seja expandida.

Os Recursos Didáticos e as Metodologias de Ensino

Uma metodologia de ensino abrange todas as ferramentas que os professores empregam na transmissão de seus saberes aos estudantes. Para isso, cada docente faz uso de um método, visando à um melhor modo de impulsionar seus alunos, guiando-os à obtenção do conhecimento. A metodologia é maneira de lecionar algo para uma pessoa e compartilhar com ela o seu conhecimento